



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012419-30.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Aline Cristina Cezar**
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Vistos.

ALINE CRISTINA CEZAR ajuizou a presente demanda de cobrança de indenização securitária (DPVAT) em face de **SEGURADORA LÍDER DE CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**. Alegou, em síntese, que em 12/02/2005 foi vítima de acidente de trânsito que lhe causou lesões corporais graves, resultando na sua parcial invalidez, confirmada em 18/01/2016, conforme atestado médico. Assevera que houve pedido de indenização pela via administrativa, negado diante da alegada prescrição. Pleiteou o recebimento do valor total de R\$ 13.500,00 e a concessão dos benefícios da gratuidade processual.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 09/123.

Gratuidade concedida (fl. 124).

Citada (fl. 139), a requerida apresentou contestação às fls. 140/156. Preliminarmente, pugnou pela extinção do feito sem resolução do mérito diante da inépcia da inicial pela falta de apresentação de laudo do IML, documento indispensável à propositura da ação. No mérito, aduziu a prescrição da ação, trienal, vez que o acidente ocorreu em 2005. Impugnou os documentos juntados, já que elaborados unilateralmente e a aplicação do Código de Defesa do Consumidor. Requereu o reconhecimento da prescrição e, subsidiariamente, a improcedência.

Réplica às fls. 179/182.

Feito saneado às fls. 184/185 ficando afastada a preliminar aventada. Foi determinada a perícia técnica a ser realizada pelo Imesc. Houve a interposição de embargos de declaração pela requerente (fls. 188/189), rejeitados à fl. 191. Agravo de instrumento interposto pela requerente (fls. 195/202), provido parcialmente (fls. 210/216), ficando afastada a inversão do ônus da prova e determinada que a perícia técnica seja efetuada por perito particular indicado por



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

este juízo, a ser custeada pela agravante, observando-se a gratuidade concedida.

Laudo pericial às fls. 247/251.

Manifestação das partes sobre o laudo às fls. 255/258 e 259/260, pela requerida e requerente respectivamente.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Não havendo necessidade de maior produção probatória, visto que as provas produzidas já são suficientes à formação do juízo de convicção, julgo o feito no estado em que se encontra, nos termos do art. 354, do NCPC. Neste sentido o entendimento do E.STJ:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91).

As questões preliminares já foram devidamente analisadas (fls. 184/185) restando apenas a análise do mérito. Vale frisar que o v. Acórdão afastou a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor (fls. 210/215).

Pois bem, trata-se de ação de cobrança securitária que a requerente interpôs visando o recebimento do seguro DPVAT em sua totalidade, tendo em vista a alegada invalidez permanente decorrente do acidente de trânsito.

Em contestação, foi arguido pela requerida prejudicial de mérito a qual passo a analisar. É certo que o prazo prescricional para a propositura de ações de cobrança securitária do DPVAT é trienal, nos termos da súmula 405, do STJ. *In verbis*: "A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos".

A contagem do prazo tem início, entretanto, a partir da data em que o segurado possui ciência inequívoca da alegada invalidez. Neste sentido a jurisprudência do E. STJ:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO NA CONTROVÉRSIA. CIVIL E PROCESSO CIVIL. SEGURO DPVAT. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO CARÁTER PERMANENTE DA INVALIDEZ. NECESSIDADE DE LAUDO MÉDICO. 1. Para fins do art. 543-C do CPC: 1.1. O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez. 1.2. Exceto nos casos de invalidez permanente notória, a ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez depende de laudo médico, sendo relativa a presunção de ciência. 2. Caso concreto: Inocorrência de prescrição, não obstante a apresentação de laudo


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

elaborado quatro anos após o acidente. 3. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO" (REsp 1388030/ MG; Ministro Paulo de Tarso Sanseverino; Segunda Seção; Julgado em 11/06/2014).

O acidente narrado nos autos ocorreu em 12/02/2005 (fls. 19/20). No entanto, apenas no ano de 2016 houve a confirmação da invalidez da segurada, com o laudo trazido aos autos à fl. 121.

Não se pode presumir que a segurada tinha ciência inequívoca da invalidez antes da data alegada, e considerando que veio aos autos atestado médico que comprova as suas alegações (fl. 121), cabia à requerida fazer prova contrária ao informado na inicial, o que não se deu minimamente.

A requerida se ateve a alegar a prescrição, considerando para tanto a data do sinistro, o que não se pode admitir.

Assim, o termo inicial do prazo prescricional é dia 18/01/2016, não cabendo falar em decurso do prazo trienal para a interposição da ação.

Pois bem, ainda que o acidente tenha se dado em data anterior à vigência da Medida Provisória nº 451/08, posteriormente, convertida na Lei nº 11.945/09, esta é utilizada para a aplicação de indenizações, em caso de invalidez parcial permanente. Neste sentido o E. STJ:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. SEGURO **DPVAT**. SINISTRO ANTERIOR A 16/12/2008. VALIDADE DA TABELA DO CNSP. 1. Julgamento sob vigência do cpc/2015. 2. O propósito recursal consiste em se reconhecer a validade da utilização da tabela elaborada pelo conselho nacional de seguros privados - cnsf na quantificação do valor da indenização a ser paga pelo seguro **dpvat**, na hipótese de **invalidez parcial** permanente, aos sinistros corridos antes da medida provisória n. 451/2008. 3. Para fins do art. 543-c, do cpc/73: "validade da utilização da tabela do cnsf para se estabelecer a **proporcionalidade** da indenização ao **grau de invalidez**, na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da medida provisória 451/08." (resp 1.303.038/rs, rel. ministro paulo de tarso sanseverino). 4. Agravo interno provido. agravo em recurso especial conhecido. recurso especial provido.(STJ. agint no aresp 1072484 / ma. terceira turma. data do julgamento: 23/11/2017. data da publicação: 04/12/2017. relatora: ministra nancy andrighi)

Ademais, como já informado anteriormente, a ciência inequívoca acerca da invalidez se deu apenas em 2016, momento em que já vigorava a Lei nº 6.194/74, com as alterações propostas pela Medida Provisória nº 451/08 e, posteriormente, convertida na Lei nº 11.945/09, que fixa o montante indenizatório em até R\$ 13.500,00 para o caso de invalidez permanente.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Referida lei disciplina a gradação das lesões sofridas para o pagamento do seguro DPVAT, devendo ser aplicada aos eventos ocorridos em data posterior à sua respectiva entrada em vigor, como ocorreu no caso em tela.

Quanto ao assunto, friso que o Supremo Tribunal Federal já se posicionou, considerando constitucionais as alterações na legislação sobre o seguro DPVAT, tendo sido julgada improcedente as ações diretas de inconstitucionalidade nº 4627 e 4350 que versavam sobre a matéria.

A indenização para a hipótese de incapacidade permanente, conforme já estabelecida pela Súmula nº 474, do STJ, deve ser paga de modo proporcional, a depender da extensão da incapacidade. *In verbis*: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez".

Nesse sentido o E. STJ:

(...)Outrossim, a Segunda Seção deste Tribunal, no julgamento do Tema n.º 542, ao qual está vinculado o Recurso Especial Repetitivo n.º 1.246.432/RS, consolidou o entendimento no sentido de que a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial permanente do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez, conforme assentado naquele aresto, verbis: "RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. JULGAMENTO NOS MOLDES DO ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. DPVAT. SEGURO OBRIGATÓRIO. INVALIDEZ PARCIAL. INDENIZAÇÃO A SER FIXADA DE ACORDO COM A PROPORCIONALIDADE DA INVALIDEZ. SÚMULA N.º 474/STJ. 1. Para efeitos do art. 543-C do Código Processo Civil: A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial permanente do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez (Súmula n.º 474/STJ). 2. RECURSO ESPECIAL PROVIDO." (REsp 1.246.432/RS, SEGUNDA SEÇÃO, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, julgado em 22/5/2013, DJe de 27/5/2013). Cabe destacar do voto condutor a conclusão de que "ponderou-se que para a interpretação do art. 3º, "b", da Lei 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório DPVAT, deve-se considerar a partícula 'até' constante da sua redação originária e que se manteve, inclusive, após as modificações introduzidas pelas Leis n. 441/1992 e 11.428/2007". (...) (STJ:AREsp Nº 318.934 - RS (2013/0085003-9) Relator: Ministro Raul Araújo. Julgado em 16/11/2016. Publicado em 06/12/2016)

Assim, remanesce apenas controvérsia quanto à existência e a extensão da incapacidade da demandante, sendo que para a solução da questão foi designada perícia técnica médica.

Embora não se encontre o julgador submetido aos pareceres apresentados para a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

formulação de seu convencimento, eles proporcionam elementos técnicos preciosos para se chegar à justa solução da lide.

Com o laudo pericial de fls. 247/251 restou evidenciado o nexo de causalidade entre o acidente e as sequelas geradas. Dessa forma, o perito aferiu em 17,5% nos termos da tabela trazida pela Lei 6.194/74, os danos suportados pela requerente.

Em que se pese as manifestações das partes às fls. 255/258 e 259/260, o laudo pericial foi elaborado a contento, respondendo de maneira clara e objetiva todos os quesitos apresentados no momento oportuno, sendo o que basta.

Conforme já explicitado, a indenização a que faz jus a requerente deve ser calculada, conforme a tabela presente no anexo da Lei nº 6.194/74, que fixa o montante indenizatório de acordo com a espécie e gradação das lesões sofridas pelas vítimas de danos pessoais. Assim será de 17,5% calculada sobre o valor total de R\$ 13.500,00, o que imposta em R\$ 2.362,50.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC para condenar a ré ao pagamento de R\$ 2.362,50 à requerente. Sobre o valor incidirá correção monetária pela tabela prática do TJSP contada a partir da data dos fatos (AgRg no Resp nº 1482716) e juros de mora de 1% ao mês contados da citação (Súmula 426, do STJ).

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas serão rateadas na proporção de 50% para cada parte, observando-se a gratuidade concedida à autora. Fixo, por fim, a condenação em honorários advocatícios de 10% do valor da condenação para cada parte, observando-se também a gratuidade concedida à autora.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, com ou sem resposta, encaminhem os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Nos termos do Comunicado CG nº 1789/2017, em caso de procedência e procedência parcial da ação, à serventia para lançar a movimentação "Cód. 60698 - Trânsito em Julgado às partes - Proc. Em Andamento".

Aguarde-se por 30 dias eventual requerimento da fase de cumprimento de sentença, que deverá ser feito nos moldes dos artigos 523 e 524 do CPC, classificando a petição

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

como incidente processual, no momento do peticionamento eletrônico.

Não havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, os autos de conhecimento seguirão ao arquivo provisório ("Cód. 61614 ? Arquivado Provisoriamente"), sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte.

Havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, o processo de conhecimento será arquivado definitivamente ("Cód. 61615 ? Arquivado Definitivamente"), tudo conforme Comunicado CG nº 1789/2017.

P.I.

São Carlos, 30 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**